

Fidelidade gera muita polêmica

Denunciar ou não denunciar, ser ou não ser fiel ao patrão, mesmo sabendo do seu envolvimento com irregularidades ou transações escusas. A questão da ética profissional, no caso dos motoristas particulares, é polêmica e divide a opinião dos profissionais. Apesar de alguns admitirem a coragem de delatar chefes criminosos, outros garantem fidelidade absoluta, independente das pressões e evidências que venham a surgir. Para os mais convictos, nem em nome da honra ou da Nação, os princípios de lealdade devem ser abalados.

Segundo Amadeu Alves Filho, chefe da comissão liberada do Sindicato dos Rodoviários que trata da garantia de direitos dos profissionais, o estatuto não prevê qualquer tipo de condenação a motoristas envolvidos em casos de delação. "Isso é um critério muito particular, pessoal e que depende exclusivamente do caráter de cada um", comenta. Na sua opinião, a participação de um motorista como depoente de uma CPI, por exemplo, não significa traição.

Pelo estatuto dos rodoviários o motorista recebe uma série de recomendações de caráter específico ao desempenho da atividade, como normas de trânsito e aspectos legais no relacionamento funcionário e empresa.

As atitudes dos ex-motoristas Eli Lopes Leitão e Josué Cardoso, que se apresentaram como testemunhas de envolvimento do deputado João Alves em negócios ilícitos, são condenadas pelos colegas do Congresso Nacional. Para a maioria deles, a função do motorista é cumprir ordens, sem questionar ou expor o patrão, mesmo que isso possa significar suspeitas de cumplicidade.

Tentar repetir o feito de Eriberto França e se transformar num herói nacional, no entender de muitos motoristas, não é vantagem. Para José de Oliveira, motorista do senador Louremberg Nunes, revelar detalhes do dia-a-dia de um parlamentar é antiético e, em certos casos, irresponsável.

Oliveira cita como exemplo o caso de Eli, que acabou sendo praticamente ignorado pela Comissão de Inquérito, tal a confusão de informações que apresentou. O ex-motorista, assim como Josué Cardoso, trabalhou com João Alves. Cardoso chegou a afirmar que teria feito transporte de malas de dinheiro em nome do parlamentar.